

UM SUCESSO DA DEMOCRACIA A PRIMEIRA REUNIÃO DO CCP

José Lello, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, analisa o reatar do diálogo entre emigrantes

"Um sucesso da Democracia"! Foi assim, exactamente, que José Lello qualificou a primeira reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) recentemente constituído, após um processo que gerou não pouca controvérsia e algumas "crónicas de mal-dizer". Eleito na sequência de uma consulta aberta às comunidades lusas dispersas pelas sete partidas do Mundo, aquele órgão suscitou amplos e acalorados debates nos quais se chegou a pôr em causa a sua representatividade, pese o facto de, nesse escrutínio, todos os portugueses radicados no estrangeiro terem podido participar livremente. Só que as naturais dificuldades resultantes do facto de as assembleias de votos não serem (geograficamente) acessíveis a largas faixas do eleitorado (como é evidente, face à sua dispersão) desde logo proporcionaram o mote "aqui é o rei, que estamos a ser manipulados"!... O que poderia dar azo a que o vulgar cidadão se interrogasse: "Mas, quem manipula quem?" Ora, essa é a questão...



José Lello.

- Ainda bem!... De facto, houve um debate aberto, polémico, acalorado, mas era para ser assim. Trata-se do primeiro Conselho democraticamente eleito e, portanto, tinha que se afirmar no seu pluralismo, na sua polémica. A Democracia pauta-se por isso mesmo, por divergências, mas o que é importante é que a convergência das decisões finais assente em consensos que se estabelecem através de opiniões antagónicas, à partida... Acresce que, não sendo constituído por políticos profissionais, esse parlamento de cidadãos executou um bom trabalho e, significativamente, a sessão terminou com todos os participantes e entoarem a "Portuguesa". Considero que, como disse no encerramento, foi um sucesso da Democracia.

- O que, contudo, não impediu que tivessem surgido ameaças de apresentação de recurso à Procuradoria Geral da República para eventual anulação da eleição do CCP...

- Li isso nos jornais, mas a questão que se coloca é a seguinte: organizei este Conselho de modo a eu não fazer parte dele, pois não estaria certo que um órgão do Governo o tutelasse. Os respectivos membros, eleitos num amplo movimento que envolveu 92 listas e 302 mesas de voto, em função da sua qualidade, decidiram com grande autoridade e maturidade. Os debates foram acalorados, não sendo fácil reunir e elaborar sínteses dos problemas e pontos de vista apresentados. É que estavam reunidos conselheiros oriundos das sete partidas do Mundo, com aculturações, vivências e motivações diferentes. De resto, não se pretendia que o Conselho fosse um orfeão, mas, sim, a expressão de uma multiplicidade de interesses... O que, de facto, se conseguiu.

POR VEZES VEM À TONA MOTIVAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

- Uma das críticas feitas relacionou-se com a inexistência de mecanismos que regulem o funcionamento do CCP. Que se lhe oferece dizer, a propósito?

- O Conselho surgiu de uma legislação aprovada, por unanimidade, na Assembleia da República. Depois, houve, naturalmente, uma portaria re-

gulamentadora criadora de mecanismos do agrado do Conselho e, a partir daí, teria de ser este a definir as suas metas, objectivos e a própria forma de trabalho. Gostaria que fosse um Conselho apenas de cidadãos, mas, por vezes, vêm à tona de água motivações político-partidárias...

- Que destino prevê para uma reivindicação feita no sentido de o orçamento do CCP ser dotado de 500 mil contos?

- Essa reivindicação surgiu de um mal entendido suscitado não por eles próprios, mas pela interferência político-partidária que se verificou numa das comissões. A própria coordenadora da comissão (funcionária do Estado de São Paulo) onde isso aconteceu dizia não saber bem "o que é isso, porque nós, lá, fazemos o lançamento em dólares e depois transcrevemos para escudos". Foi efectivamente fruto de um equívoco, porque o CCP não é de modo nenhum despesista, mas, antes, um órgão de eficácia, de afirmação, voluntária e generosa. Aliás, a legislação diz que o Estado subsidia e não financia. Consequentemente, tem de dispor de condições mínimas de trabalho para ter dignidade, mas não pode deixar de estar adequado aos grandes desígnios da própria Secretaria de Estado, que está a fomentar um conjunto de acções de modo a colocar os emigrantes e os portugueses mais próximos da administração pública e de serviços mais adequados. Encontraremos soluções expeditas para que não seja o dinheiro a condicionar a actividade de tão importante órgão.

- Também se apontou a necessidade de criar um fundo de apoio ao emigrante gerido pelo CCP e alimentado pela verba resultante de um por cento dos de juros correspondentes às remessas dos não residentes. Como encara esta questão?

- Todas as comunicações e sugestões estão a ser objecto de estudo, sendo remetidas aos diversos departamentos, para depois de obterem as devidas respostas. Hoje em dia, os fluxos financeiros, numa economia tão aberta como é a nossa, não são quantificáveis. A banca é livre e não pode ser onerada com impostos para esses fins. Este ano, conseqüiu que o ministro das Finanças desagravasse o imposto que onera a conta "poupança emigrante" de modo a que se invertesse uma situ-

ação que vinha do passado. Quanto às propostas apresentadas, são sugestões positivas que teremos de adaptar às condições específicas em que nos movemos. Mas não cairão em saco roto.

PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA E DA CULTURA ESTÁ NO TOPO DAS PREOCUPAÇÕES

Na reunião do CCP ter-se-á tornado evidente que as grandes preocupações dos emigrantes têm a ver com outras questões e não, propriamente, com um alegado exercício do direito de voto nas eleições presidenciais. Um dos casos mais prementes e, portanto, mobilizadores do interesse e da atenção dos portugueses não residentes tem a ver com a preservação da língua e da cultura, ou mais propriamente com o ensino do Português. Qual a sua posição?

- A questão da votação na eleição do presidente da República era, do meu ponto de vista, uma aspiração justa. Contudo, acima de tudo, o que os portugueses não residentes queriam era usufruir um direito que lhes assiste. Quanto ao resto, claro que os seus problemas maiores portugueses são os de integração, da ligação à cultura portuguesa, do reconhecimento (sob o aspecto psicológico porventura o mais importante), por parte da sociedade portuguesa, do mérito que eles têm, do que valem e representam as comunidades portuguesas não apenas sob o aspecto economicista das remessas mas, mais ainda, como "lobby" que se afirma e que em cada momento coloca a bandeira de Portugal em todas as sete partidas do mundo. Aqui entra, também, o problema da educação e do ensino. Porém, houve uma mudança substancial nos últimos tempos. Em primeiro lugar, por força da RTP-Internacional, que tem vindo gradualmente a melhorar com programas específicos para a emigração. A RTPI tem suscitado fenómenos interessantes: em primeiro lugar, um regresso à fruição das nossas formas de ser e de viver. As telenovelas mais apreciadas são as que se desenrolam em meios rurais, porque lhes fazem recordar a evolução de uma certa vivência bucólica para um modelo da sociedade moderna que somos hoje. Isso leva as pessoas a voltarem a fruir a sua cultura e a língua, o que é muito importante. Depois, reavivou a necessidade de leitura e o consequente interesse pelos órgãos de comunicação social das comunidades que, hoje, têm uma qualidade gráfica e um conteúdo que leva a que as pessoas estejam mais informadas e mais cientes do que se passa no seu país. Paralelamente, nota-se uma repentina melhoria das vendas da comunicação social portuguesa na emigração, como é o caso do "JN" e de outros jornais como os desportivos. Curiosamente, o futebol, por força da RTPI, ampliou o próprio movimento associativo; que evoluiu da casa regional para a casa do Porto, do Benfica, do Sporting.

A RTPI, em conjugação com o Ministério da Educação, vai ser um factor importante e preponderante na ligação dos luso-descendentes a Portugal.

Quanto ao ensino, há o oficial português, em vários países; o que é feito através dos recursos do nosso Ministério da Educação (saliento o esforço de reformulação desencadeado pela se-

cretária de Estado, Ana Benavente), e há o movimento associativo que tem feito um grande trabalho no sentido de criar o ensino do Português. Contudo, não menos importante é a família falar Português em casa.

- E quanto à integração da língua portuguesa no ensino oficial dos países de acolhimento?

- Isso tem vindo a acontecer, por efeito de protocolos assinados. A Venezuela e a Namíbia vão tê-la como opção no ensino oficial. O Português tem de ser entendido não como uma língua de emigração, mas como uma grande língua de comunicação, que ocupa o quinto lugar no Mundo, tantos são os cidadãos que formam essa importante e ampla comunidade.

- O regulamento consular que continua a ser seguido data de 1920. Como é isto possível e para quando a sua revisão e adaptação aos dias de hoje? Este foi, de resto, um dos lamentos ouvidos no CCP...

- Devo dizer que o novo regulamento de consulados está feito. Não foi fácil elaborar um diploma que ultrapassasse o de 1920, que entrou em funcionamento em 1922, ou seja, há 75 anos. O diploma que apresentei pretende garantir a estabilidade do mesmo, mas modernizando e criando uma nova perspectiva na relação entre os consulados e as comunidades portuguesas, com vista à sua funcionalidade e moralização. Deve estar no dia 6 deste mês em Conselho de secretários de Estado e certamente será aprovado, pelo menos, até ao final do ano. Em relação aos consulados muito se tem feito. Já emitimos, desde Janeiro de 96, cerca de 158 mil bilhetes de identidade. Está em curso a informatização de todos os postos consulares e neste processo estão envolvidos 122 postos consulares, 1200 postos informáticos, com um investimento de cerca de 1600 mil contos. Está a fazer-se a introdução de "hardware" e "software", assim como está a ser elaborado um programa de gestão consular, para que os dados sejam mais rápidos e para que o atendimento num consulado não seja diferente daquele que os nossos cidadãos têm no banco, da esquina ou na companhia de seguros. Ao mesmo tempo foi feito um concurso internacional para a imagem consular.

O ano passado fizemos a primeira aplicação, nos consulados de Geneve, no novo de Sion, na Suíça, e no consulado geral de Caracas. Este ano estamos a continuar o processo e vamos ter consulados novos, que estão a ser ultimados em Bilbao; a breve trecho irei inaugurar o novo consulado de raiz em Newark, em Joanesburgo, em Dusseldorf, Londres, Maputo, Marseilha, São Paulo, Luanda. Há uma preocupação no sentido de os consulados do PALOP terem, efectivamente, uma nova imagem do Portugal moderno europeu. Igualmente se pretende uma visibilidade idêntica e comparável a essa modernidade no atendimento não apenas dos portugueses, mas de todos os cidadãos que vão aos consulados, que é a primeira janela sobre Portugal. No próximo ano vamos ter o novo consulado do Rio de Janeiro, com espaços para exposições, conferências e auditório. Paris e Madrid também vão ter novos rostos e em todos os consulados onde se introduz a informatização está a fazer, também, formação. Há, pois, uma grande revolução em marcha.

Ma I Dias

Mas, com mais ou menos "acidentes de percurso", o CCP aí está a dar sinais de vida. Como se verificou com a realização da sua primeira reunião na Assembleia da República. Foi o reatar de um diálogo que durante anos possibilitou o encontro e um consequente melhor conhecimento dos representantes da diáspora lusa nos diferentes continentes, mas que depois - sabe-se lá porquê... - foi interrompido.

Das sessões de trabalho, marcadas pela viva participação da generalidade dos conselheiros surgiu um conjunto de propostas baseadas nas principais questões que se colocam aos portugueses radicados além-fronteiras. O respectivo balanço foi passado ao papel e, agora, cabe ao Governo, no Estado, dar seguimento a um vasto leque de reivindicações formuladas no decurso de sessões de trabalho, aqui ali marcadas por muita controvérsia e por não menos pontos quentes...

Esse o tema da entrevista que José Lello, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, concedeu ao JN. E a questão inicial que levantamos relacionou-se com a forma como decorreram os trabalhos.

- A primeira reunião do recém-eleito Conselho das Comunidades Portuguesas parece não ter sido nada pacífica...

JN 2/10/1997